2 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no Comandante da Estação de Radar n.º 1, Capitão ENGEL 128642-A Nuno Ricardo Pinheiro Rodrigues, a competência para autorizar a realização de despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas, que me foi subdelegada pela alínea *a*) do n.º 2 do Despacho n.º 846/2013, de 7 de janeiro de 2013, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2013, até ao montante de € 50.000,00.

3 — Igualmente ao abrigo da mesma disposição legal, subdelego na entidade designada no ponto anterior, pelo montante aí indicado, a competência relativa à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados que me foi subdelegada pela alínea *b*) do n.º 2 do Despacho n.º 846/2013, de 7 de janeiro de 2013, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2013.

4 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 6 de setembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pela entidade subdelegada que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

17 de setembro de 2013. — O Comandante, *João José Carvalho Lopes da Silva,* TGEN/PILAV.

207261686

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DA SAÚDE

Gabinetes do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 12323/2013

A comissão de avaliação de medicamentos (CAM), é um órgão consultivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED, I. P.), à qual compete, genericamente, sempre que solicitada, emitir pareceres em matérias relacionadas com medicamentos, designadamente nos domínios dos ensaios clínicos e da avaliação da qualidade, eficácia e segurança.

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro, os membros da comissão são nomeados, sob proposta do conselho diretivo do INFARMED, I. P., por despacho do Membro do Governo responsável pela área da Saúde ou, se pertencerem a outros Ministérios por despacho dos Membros do Governo responsáveis pela área da Saúde e da respetiva tutela.

Os atuais membros da CAM foram nomeados, pelos despachos publicados sob os n.ºs 8467/2010, 8890/2010, 11030/2010 e 11043/2010, no *Diário da República,* 2.ª série, n.ºs 97, de 19 de maio, 101, de 25 de maio, 128, de 5 de julho, e 128, de 5 de julho, respetivamente, com efeitos a partir de 10 de maio de 2010.

Decorrido o mandato de três anos, importa, por isso, proceder à nomeação dos membros da CAM para novo mandato.

Nestes termos e ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado membro da Comissão de Avaliação de Medicamentos:

Dr. António Melo Gouveia, farmacêutico, especialista em farmácia hospitalar e em regulamentação farmacêutica, oficial do quadro permanente da Marinha em comissão especial como diretor do serviço farmacêutico do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil E.P.E.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

28 de agosto de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco.* — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

207262382

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Despacho (extrato) n.º 12324/2013

Por despacho de 17-06-2013, de S. Ex.ª o Ministro da Administração Interna, foi aplicada a pena de aposentação compulsiva ao agente da PSP M/147881, Ricardo Manuel Simões Antunes, do Comando Metropolitano de Lisboa, nascido em 24-01-1977, filho de Manuel Sousa Antunes e de Maria Helena Simões Feliciano, natural da Sé Nova, Coimbra.

18 de setembro de 2013. — O Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos, *Domingos Marques Nunes Lourenço*.

207262803

Despacho (extrato) n.º 12325/2013

Por despacho de 15-04-2013, de S. Ex.ª o Ministro da Administração Interna, foi aplicada a pena de demissão ao agente principal da PSP M/144998, Paulo Miguel Ferreira Soares, do Comando Distrital de Leira, filho de António Soares Bernardo e de Dolores Ferreira, nascido em 19-11-1970.

18 de setembro de 2013. — O Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos, *Domingos Marques Nunes Lourenço*.

207262714

Despacho (extrato) n.º 12326/2013

Por despacho de 08-07-2013, de S. Ex.ª o Ministro da Administração Interna, foi aplicada a pena de demissão ao agente principal da PSP M/137716, José António Morais Dinis, do Comando Distrital de Setúbal, filho de Filipe da Piedade Dinis e Maria Rita da Paz Morais, nascido em 29-12-1963, natural de Sobral de Monte Agraço.

18-09-2013. — O Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos, *Domingos Marques Nunes Lourenço*.

207262577

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 12327/2013

Por meu despacho de 28 de agosto de 2013:

Ana Amélia Martinho Silvestre, Escrivã Auxiliar do Tribunal de Comarca de Vila Franca de Xira — exonerada, a seu pedido, com efeitos a 03.09.2013.

17 de setembro de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207260876

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12328/2013

1. Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.os 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista o licenciado Filipe Juzarte Rolo Ramalho Ortigão, terceiro-secretário de Embaixada, do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para realizar estudos e trabalhos no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais no meu Gabinete.

2. Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos.

3. Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo orçamento do meu gabinete.

4. Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5. A presente designação produz efeitos ao dia 24 de julho de 2013.

6. É revogado o Despacho n.º 11419/2013, de 19 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 169, de 3 de setembro de 2013.

7. Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

13 de setembro de 2013. — O Ministro da Economia, *António de Magalhães Pires de Lima.*

ANEXO

Nota curricular

Filipe Juzarte Rolo Ramalho Ortigão nasceu em 12 de outubro de 1975, em Lisboa.

É Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada (2000) e pós-graduado em Teoria e Prática Diplomática pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Colaborou de 2000-2001 no Banco Expresso Atlântico; de 2001-2002 na Plinfo — Informação, Lda.; de 2002-2008 na Uninvest S.A. e de 2008-2009 na Abacus Savills.

Aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de Embaixada aberto em 9 de dezembro de 2008; adido de Embaixada, na Secretaria de Estado, em 6 de abril de 2010; terceiro-secretário de Embaixada, em 3 de junho de 2012; colocado na AICEP em regime de cedência de interesse público, em 3 de setembro de 2012; adjunto no Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em 1 de junho 2013.

207256997

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia

Despacho n.º 12329/2013

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) realizou procedimento concursal para o cargo de Inspetor-Geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, publicado, pelo Aviso (extrato) n.º 1838/2013, no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 25, de 5 de fevereiro, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º da referida lei, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta indicando três candidatos, entre os quais o mestre Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar;

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, o mestre Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar para exercer o cargo de Inspetor-Geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, cujo currículo académico e profissional consta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

23 de setembro de 2013. — O Secretário de Estado Adjunto e da Economia, *Leonardo Bandeira de Melo Mathias.*

Súmula Curricular de Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar

Pedro Portugal Gaspar nasceu em Lisboa, em 1964.

É licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa desde 1987.

Concluiu o Curso de Pós-graduação em Direito Público no Centro de Estudos Judiciários da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1996.

Obteve o grau de mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2004, com uma tese na área do Direito Administrativo.

É doutorando do Curso de Doutoramento em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Adjunto do Secretário de Estado das Pescas no IX Governo Constitucional de agosto a outubro de 1985.

Assessor jurídico do Ministro-Adjunto e da Juventude no XI Governo Constitucional de setembro de 1987 a dezembro de 1988.

Adjunto do Secretário de Estado da Energia no XII Governo Constitucional de janeiro de 1991 a dezembro de 1995.

Assessor jurídico principal na Agência Portuguesa do Ambiente entre junho de 1992 a março de 2012.

Professor auxiliar no Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias entre março de 1993 e julho de 2002.

Consultor jurídico da Gás de Portugal – GDP entre janeiro de 1997 e agosto de 2000.

Formador certificado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional entre setembro de 1999 e novembro de 2005.

Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico da Direção-Geral de Energia de setembro de 2000 a setembro de 2002.

Adjunto do Ministro da Saúde no XV Governo Constitucional de abril de 2002 a setembro de 2002.

Subdiretor-Geral da Direção Geral da Administração Pública entre setembro de 2002 a outubro de 2003.

Diretor-Geral do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde do Ministério da Saúde entre outubro de 2003 e maio de 2005.

Docente no curso de pós-graduação em Contencioso Administrativo na Universidade Católica Portuguesa de outubro de 2004 a julho de 2005.

Diretor Municipal de Segurança da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia de abril de 2007 a junho de 2008.

Consultor da união das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – área empresas na União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa entre dezembro de 2009 a dezembro de 2010.

Inspetor-Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território entre março de 2012 e dezembro de 2012.

Consultor jurídico assessor principal na Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos desde janeiro de 2013.

É docente no Instituto Superior de Línguas e Administração desde fevereiro de 2002.

É autor e coautor de várias publicações científicas na área do Direito Administrativo, nomeadamente na vertente do Direito do Ambiente.

É autor de diversos artigos publicados na imprensa nacional.

É membro da direção de diversas associações de defesa do ambiente, designadamente da G.E.O.T.A., Confederação das Associações de Defesa do Ambiente e Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente.

Recebeu um louvor do Secretário de Estado da Energia do XII Governo Constitucional pelo trabalho realizado em prol do interesse público.

Recebeu um louvor do Secretário de Estado do Ambiente e Defesa do Consumidor do XI Governo Constitucional pelo trabalho realizado em prol do interesse público.

207272167

Secretaria-Geral

Despacho n.º 12330/2013

Conclusão do período experimental

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, conjugado com o artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, do n.º 2 da cláusula 6.º do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, torna-se público que a trabalhadora Maria Catarina Maneta Lavaredas Leão concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de Assistente Técnica.

17 de setembro de 2013. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

207262155

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Aviso n.º 12043/2013

Procedimento concursal comum para o preenchimento de 3 (três) postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior e de 2 (dois) postos de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra do Turismo de Portugal, I. P.

1 — Nos termos das disposições conjugadas dos n.os 2 e 4 do artigo 6.º, da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 7.º e do artigo 50.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, n.º 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, de ora em diante designada LVCR, e no n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, de 21 de agosto de 2013, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de três postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior e de dois postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, previstos